

# REMANESCENTES QUILOMBOLAS: A COMUNIDADE DA RUA DA PALHA

Angélica Pereira dos Santos<sup>1</sup> | Débora Patricia da Silva Pinto<sup>2</sup> | Jane Cláudia Jardim Pedó<sup>3</sup> | Ana Carla Barreto de Oliveira<sup>4</sup>



## RESUMO

O estudo faz parte do Programa de Iniciação Científica (PROBIC) da Universidade Tiradentes (UNIT) que surgiu a partir da pesquisa intitulada "Mulheres quilombolas: aratu, história e cultura no interior do Sergipe" cadastrado na FAPITEC/Se, realizada pelo grupo de pesquisa: Educação, Cultura e Subjetividades (GPECS). O artigo discute questões de representação e identidade social da comunidade remanescente quilombola do Município de Santa Luzia do Itanhý do estado de Sergipe e tem por objetivo geral estudar as características peculiares dos moradores e da comunidade, como se enxergam, e se assumem o papel de remanescentes quilombolas, se mantêm viva a cultura afro brasileira. Baseado em revisão bibliográfica e de dados disponíveis na internet, tem cunho investigativo, usa dados registrados na Fundação Cultural Palmares, Ministério Público Federal e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, além de análise de dados coletados a partir de visitas e entrevistas a comunidade. Com esta pesquisa espera-se conhecer um pouco sobre a realidade social que norteia os moradores da comunidade, ressaltando como eles desempenham seu papel de ser social frente à sociedade na qual estão inseridos e qual cultura é cultivada entre eles.

## PALAVRAS-CHAVE

Quilombola. Representação Social. Identidade Social. Cultura.

## ABSTRACT

The study is part of the Scientific Initiation Program (PROBIC) of Tiradentes University (UNIT) that emerged from the research entitled "Maroons Women: Aratu, history and culture

of Sergipe countryside” registered in FAPITEC/SE carried out by the research group: Education, Culture and Subjectivities (GPECS). The article discusses issues of representation and social identity of the remaining maroon community in the city of Santa Luzia do Itanhhy in Sergipe and has as its general objective to study the peculiar characteristics of the residents and the community, how they see themselves, how and assume the role of remaining Maroons, and how keep alive the Brazilian African culture. Based on literature review and data available on the Internet, has investigative nature and uses data recorded in the Palmares Cultural Foundation, Federal Public Ministry and the National Institute of Colonization and Agrarian Reform. Besides, analyzing data collected from interviews and community visits. With this research we hope to learn a little about the social reality that guides the community residents, highlighting how they perform their role to be social before society in which they are and how is their culture.

## KEYWORDS:

Quilombo. Social Representation. Social Identity.Culture.

## 1INTRODUÇÃO

A escravidão é tão remota quanto o tempo da bíblia, os povos antigos guerreavam entre si por terras e o povo vencido tornava-se escravo dos vencedores, escravo era troféu para o povo vencedor. Porém a escravidão jamais fora aceita amigavelmente pela parte oprimida, ser escravo era ser arrancado de suas terras, do meio de sua família e amigos e tornar-se objeto, sem respeito, sem escolha, sem identidade.

Segundo Fiabani (2012), o quilombo foi a maior representação de luta de classes, resistência à realidade imposta, havia uma grande carga de revolta, mas o maior impulsionador da criação de quilombos foi o desejo intenso e a busca incessante pela liberdade. Logo um quilombo era um ajuntamento de escravos fugidos, uma comunidade desenvolvida no meio de florestas, de difícil acesso para pessoas com pouco contato com a natureza, era vista como refúgio ou porto seguro, paraíso até para os cativos.

Após a abolição da escravidão, no século XIX não existiam mais escravos, logo o termo quilombo fora substituído por Comunidade remanescente Quilombola, mas isso aconteceu mais de um século após a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. A propriedade das terras habitadas pelos remanescentes quilombolas foi reconhecida pelo Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias conforme Brasil (1988), consta na Constituição Federal, mas o decreto que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos ocorreram apenas em 20 de novembro de 2003, que foi o Decreto nº 4.887.

O reconhecimento a nível nacional é recente, durante um século inteiro, após a Lei Áurea não houve proteção para os ex-escravos e descendentes deles, uma vez que a Lei Áurea

garantia apenas a liberdade, após a Constituição em 1988 seguiram-se 15 anos para que fosse regulamentado procedimento de identificação e reconhecimento das terras ocupadas por esta população, ou seja, se perante a lei os escravos eram irregulares por terem fugido durante a escravidão, há menos de 10 anos, seus descendentes, ainda continuavam irregulares por estar em terras sem titulação.

Identidade social é algo construída e definida e/ou reconhecida se baseando em diversos fatores. Segundo Marx (1859) não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ou seja, a apreensão, interpretação e compreensão de sua própria posição no mundo é a sua identidade social. A representação social é uma versão, uma tradução da realidade.

A pesquisa surgiu a partir de outra realizada pelo Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade (GPECS) com o título "Mulheres quilombolas: aratu, história e cultura no interior do Sergipe," que investiga a história oral da Comunidade Remanescente Quilombola, moradores da Rua da Palha no povoado do município de Santa Luzia do Itanhy no estado de Sergipe, localizado há 86 km da capital. Este estudo, cadastrado pela FAPITC/SE é uma iniciativa da Universidade Tiradentes (UNIT) por meio do Projeto de Iniciação Científica (PROBIC) e tem por finalidade investigar como vive e quais os aspectos determinantes para a construção da representação social da comunidade remanescente quilombola do povoado Rua da Palha em Santa Luzia do Itanhy.

O presente artigo discute questões de representação e identidade social da comunidade remanescente quilombola do Município de Santa Luzia do Itanhy do estado de Sergipe e tem por objetivo geral estudar as características peculiares dos moradores e da comunidade, como se enxergam, como assumem o papel de remanescentes quilombolas, se mantém viva a cultura afro brasileira e por meio deste espera-se conhecer um pouco sobre a realidade social que norteia os moradores da comunidade, ressaltando como eles desempenham seu papel de ser social frente a sociedade na qual estão inseridos e qual cultura é cultivada entre eles.

## **2 QUILOMBO: DA ESCRAVIDÃO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES**

Com o desenvolvimento econômico europeu foram surgindo novas necessidades e com a expansão marítima em busca de mais terras e mais riquezas, colonizadores chegam ao Brasil, trazendo consigo o ideário de exploração, o que não se limitou apenas a exploração dos recursos naturais, mas abarcou a exploração de outros seres humanos.

A princípio, os colonizadores resolveram escravizar os nativos, os índios, que frente à situação a eles apresentada, resistiram combatendo a realidade com guerras. Ao deparar-se com a resistência dos nativos, além de considerá-los preguiçosos, resolveram então trazer mão de obra escrava de outra região, de outro local, iniciou então o tráfico negreiro. Os africanos chegavam ao país em navios como se fossem objetos amontoados e sem direito algum a escolhas, opiniões e/ou decisões sobre suas vidas e futuro.

Apesar das leis condenando o tráfico de escravos, a procura e oferta pelo produto de luxo não diminuía, ao enfrentar as adversidades da escravidão alguns cativos fugiam, embrenhando-se florestas adentro e criando assim os quilombos. O quilombo surgiu assim junto com a escravidão, ou melhor, dizendo, surgiu a partir da resistência dos cativos ao modelo escravocrata que predominava o sistema colonial no Brasil, não apenas por melhores condições de vida, mas para manter viva sua cultura ou para no mínimo sobreviver. “Embrenhados nas matas, selvas ou montanhas, esses núcleos se transformaram em aldeias, dedicando-se à economia de subsistência e às vezes ao comércio, alguns tendo mesmo prosperado” (BRASIL, 2008). Assim foram sendo formados os quilombos. A partir dessa formação há a demarcação de um território com uma identidade e representação social específica a um povo com uma história de resistência à escravidão e de luta pela sobrevivência.

No entanto, para os senhores de engenhos e fazendas era um ajuntamento de delinquentes, fujões e preguiçosos, que depredavam seus bens, os próprios escravos, uma vez que, fugindo e sendo eles objetos, estavam roubando algo de algum dono de engenho. Segundo Fiabani (2012), os primeiros historiadores não viam o quilombo com bons olhos, os que compunham tais comunidades eram considerados delinquentes, pois um escravo era objeto de alguém, algo coisificado, logo ao fugir ele havia roubado algo que pertencia a outrem.

As comunidades quilombolas sempre foram combatidas; assim que conseguiam localizar alguma comunidade no meio da floresta, a infantaria reunia-se e seguia para a recaptura de escravos fujões, estes por sua vez se defendiam como podiam, ou lutavam quando havia algum tipo de munição na comunidade ou simplesmente fugiam novamente, deixando para trás tudo que tinham desenvolvido ali, assim como: plantações de diversas raízes, frutas e verduras, criação de variados animais, pois ao se ajuntarem no meio do mato eles desenvolviam uma produção de subsistência, produziam para consumo e para troca.

Durante os quase quatro séculos de escravidão no Brasil foram criadas diversas leis em combate a tal façanha, contudo sempre foram deixadas de lado. Apenas em 1888, foi assinada a 1ª lei que entraria de fato em vigor, que faria realmente valer a força da lei em favor dos escravos, neste ano foi assinada a lei áurea pela então princesa Isabel, dando assim liberdade aos cativos. Porém fora dada apenas a liberdade, sem direitos adicionais, o que tornou a população de ex-escravos marginalizados e excluídos.

O quilombo, ou melhor, a comunidade remanescente de quilombo perpetuou após a Lei Áurea devido à ausência de direitos sociais básicos. Apesar de livres não tinham casa, nem terra, nem emprego, logo a única saída seria recorrer aos antigos opressores, donos de vastas áreas e meios de produção, além de que estavam próximos do local de instalação destes, para providenciar a própria subsistência, conforme Loureiro (1999, apud Matos, 2010), abolida a escravatura, ex-escravos optavam pelo trabalho junto aos antigos donos.

De acordo com Matos (2010) o povoado Rua da Palha é uma das comunidades remanescentes quilombola do município de Santa Luzia do Itanhi, juntamente com os povoados Pedra Furada, Crasto, Cajazeiras, Pedra D'Água, Bode, Taboa e Botequim. Em decorrência do histórico do município, da existência de remanescentes quilombolas, no dia 12 de julho de

2005, por meio da Fundação Cultural Palmares, conforme Registro no Livro de Cadastro Geral nº 003, Registro 270, f.76, e Portaria nº 32 de 12 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2005, foi reconhecida a Comunidade Remanescente de Quilombos do Território Luziense.

Conforme Matos (2010) em 1964 a usina Castelo encerra a sua produção. A arquitetura do Engenho Castelo é um dos mais preservados da memória açucareira a sergipana, e, a cana-de-açúcar exigiu braços, sendo crescente a importância do africano, como mão de obra escrava que posteriormente prestaram serviços na mesma fazenda, só que de forma remunerada. Segundo Feldens e outros autores (2012), a população da Comunidade remanescente quilombola, povoado Rua da Palha, é composta por descendentes de escravos fugidos, também, do Engenho Castelo, localizado geograficamente vizinho à cidade de Estância e justaposto à cidade de Santa Luzia do Itanhi.

Na época colonial o quilombo era visto como ajuntamento de escravos fugido e atualmente, de acordo com Brasil (2012, [n.p.]

a expressão “quilombo” não se refere estritamente a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se limita a grupos isolados, uma população homogênea ou que necessariamente se tenha constituído a partir de movimentos de insurreição. São, de fato, grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência em manter e reproduzir modos de vida característicos e de consolidação de um território próprio. A identidade quilombola não se define pelo tamanho e número dos membros da comunidade, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo.

Quanto aos termos Representação, Identidade Social e Cultura, entende-se que:

A representação social pode ser compreendida como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. (JODELET, 2001, p. 22 apud BONOMO et al., 2008, [n.p.]).

A representação social é, no entanto, um autoconhecimento socialmente formado que baseia a formação da identidade social, que por sua vez é como cada indivíduo se enxerga no meio em que está inserido, conforme afirma Bonomo e outros autores (2008, p.175) essa “realidade comum” disponibiliza ao indivíduo o patrimônio necessário às identificações e diferenciações sociais a partir de sua afiliação e reconhecimento de pertença a um determinado grupo social. O conceito que o indivíduo tem de si, a construção de sua identidade.

Segundo Brasil (2013) As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir

das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Cultura é um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento. A cultura pode ser identificada a partir de uma série de características, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer e as diferenças linguísticas. (LARAIA, 2009, p.27).

E para ter acesso à política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades precisam se autorreconhecer enquanto comunidade remanescente quilombola e assim é amparada pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto nº 5.051/2004 culminando com a titulação de propriedade a comunidade.

A comunidade Remanescente Quilombola do Povoado da Rua da Palha foi devidamente reconhecida como Remanescente Quilombola em 19 de agosto de 2005 pela Fundação Palmares uma vez que foi berço da escravatura e teve os negros como principais fundadores. Segundo o morador José Raimundo dos Santos<sup>5</sup>:

a Rua da Palha existe a mais de 200 anos, porém esta comunidade nunca se deu conta de que pertencia a um grupo remanescente quilombola e que apenas em 2005 com o reconhecimento da Fundação Palmares e que houve uma atenção maior a este respeito.

Raimundo afirma que somente depois desse reconhecimento passou a ter conhecimento dos direitos que são garantidos para esta comunidade por serem remanescente quilombolas, e que atualmente eles são alvo nacional e mundial, "a qualquer momento tem visita de gente de todo o mundo pra saber da gente".

Zé Raimundo como é conhecido pela comunidade é a figura mais conhecida na região e muitos ligam seu nome aos Quilombolas, por ter sido empossado vereador ele vem buscando melhorias constantes para a comunidade. Ele relata:

Nem que eu viva 100 anos não vou conseguir expressar pra vocês o quanto que esta comunidade mudou, antigamente era tudo arcaico, lampião, estrada estreita, as casa uma distante da outra, tudo feio e muita lama. As geladeiras eram de bateria, televisão também e as marisqueiras tinham que caminhar cerca de 8 km até Estância com o marisco na cabeça pra vender, salgava pra não estragar. Era uma luta, hoje está tudo mais fácil, tem escola pra os meninos e o que não tem nessa escola tem o ônibus da prefeitura pra levar pra outra. Mas os menino daqui não quer mais viver aqui querem ir embora pra civilização acham aqui atrasado, me preocupo com o futuro daqui e tenho medo que um dia acabe e minha cultura, meu povo.

---

5 Morador (53 anos), vereador eleito em 2012, residente da Rua da Palha desde que nasceu.

Ao entrar na casa de Dona M.S.P.A. (63 anos) nascida e criada na Rua da Palha ela relata:

Aqui é Rua da Palha porque antigamente as casinha era tudo de palha, tudo molhada não tinha telha, ai depois as pessoa foi melhorando e as coisa foi melhorando e hoje as casa e assim como vocês vê aqui de telha. Minha vida toda foi aqui eu pescava aratu, de redinha, pescava ostra, caranguejo e no tarrafo com meu marido, nós fazia assim, vendia um pouco, pra comprar outra coisa e comia o outro pra não comer só marisco.

Interessante salientar que ao ser indagada sobre pertencer a uma comunidade remanescente quilombola Dona M.S.P.A (63 anos) fala: “Carambola? Ahh Quilombola, aquele povo de compadre Zé Raimundo, sei, sei, é bom ser dessa comunidade, é gostoso distrai a mente da gente, a gente sai vai pescar conversa e chega leve descansada”.

Essa afirmativa da moradora vem comprovar o que fora mencionado por Zé Raimundo, que a própria comunidade não se reconhece como remanescente quilombola e que nem ao menos sabem a importância que esse reconhecimento tem para eles.

O povoado da Rua da Palha conta como suporte para educação com uma escola de Ensino Fundamental que atende aproximadamente 600 alunos entre crianças, adolescentes e adultos, seu funcionamento é durante os três turnos e possui ensino do maternal ao 9º ano. No local existe, também, uma creche que está vinculada a escola e funciona num prédio anexo.

Em entrevista realizada com funcionária da Escola a mesma citou todos os pormenores da situação enfrentada por elas no intuito de tentar resgatar a cultura desse povo, conforme segue:

D.: Você acha que os alunos da escola se reconhecem como remanescente quilombolas?

M.: Infelizmente a maioria não, uma minoria que aceita essa condição de remanescente quilombola.

D.: Mas a escola tem algum programa que possa contribuir neste resgate?

M.: Anteriormente, não havia nada, até porque não sabíamos que a comunidade era remanescente quilombola, após a chegada de uma professora que não está mais aqui, foi que se iniciaram as atividades. Ela trouxe para o currículo da escola e inseriu no Projeto Pedagógico as atividades voltadas para esse fim. Ai temos reuniões mensais que acabam em culminância para decidir o que será feito no fim do ano, apresentações, exposições, feiras culturais tudo abordando este tema.

D.: A lei 10.639/03 prevê a obrigatoriedade da disciplina sobre cultura afro-brasileira na grade das escolas de ensino básico, na escola da Rua da Palha existe essa disciplina?

M.: Não, nós recebemos uma guia de instrução, orientação do Ministério da Educação,

de como inserir, adaptar essa temática em todas as disciplinas, cada professor recebeu livros, temas de filmes várias coisas para ser dado em sala de aula, independente da disciplina: português, inglês... é impressionante como dá pra trabalhar em todas as disciplinas.

Finaliza a entrevista dizendo que o trabalho é muito árduo e que não conta com a ajuda dos pais o que dificulta muito.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com as entrevistas aos moradores do povoado Rua da Palha, notou-se que a cultura, enquanto remanescentes quilombolas mantêm-se viva apenas na economia que se dá por meio da pesca e catação de mariscos, no demais o processo de aculturação perpetua. A maioria não se reconhecem remanescentes quilombolas, afinal de contas tem um pouco mais de 8 anos que se descobriram parte da população originária de ex-escravos.

No passado a cultura predominante era de samba de coco, dança de roda, reisado, mas era alimentado pelos mais idosos, que tinham conhecimento do passado e estes estão morrendo ou estão bem doentes e não participam mais das manifestações culturais, os mais jovens, por sua vez, com a chegada da energia e expansão da tecnologia, aderem em massa às modas do momento: arrocha, funk entre outras modalidades.

O desenvolvimento ocorrido na comunidade se deu por meio de política, mas ocorreram mudanças significativas, recapeamento da rua principal, instalação de posto de saúde, energia e prédio para instalação da escola. Quanto a educação, as crianças menores de 4 anos ficam nas creches enquanto as mães saem para catar mariscos, as crianças de até 11 anos frequentam a escola durante o dia, já os pré e efetivos adolescentes preferem ir a lida com as mães, causando uma forte evasão escolar.

Conclui-se que a cultura base desta comunidade tem sido deixada de lado, substituída pela moda atual, no tocante ao assunto cultura, o Sr. Zé Raimundo, intenciona implantar um projeto de Resgate de cultura na comunidade para fortalecer a memória da representação e identidade social que cada morador deve ter e se orgulhar.

A única forma de preservação de identidade tem sido formalizada pela implantação da cultura afro brasileira em todas as disciplinas ministradas na escola durante todos os anos, cada professor recebe uma cartilha indicativa de como incluir a história afro brasileira na matéria e os eventos anuais no mês de novembro como uma tentativa de resgate da memória desta população.

A construção de quilombos fora para resgatar a liberdade e manter viva a cultura, logo sua continuação, as Comunidades Remanescentes de Quilombolas, seguiriam essa ideologia, no entanto tem-se que levar em conta o caso de aculturação desde a retirada dos ancestrais desses remanescentes até os dias atuais, além do processo de discriminação racial que ex-escravos e seus descendentes vivenciam até hoje.

## REFERÊNCIAS

BOMFIM, Wellington de Jesus. **O papel da memória no processo de definição de território quilombola:** identidade coletiva e individualismo moderno em pauta. Faculdade Pio X/ CESAD-UFS, 2008.

BONOMO, M. TRINDADE, Z. A. SOUZA, L. COUTINHO, S. M. S. **Representações sociais e identidades em grupos de mulheres ciganas e rurais.** PSICOLOGIA, v. XXII (1), 2008, Edições Colibri, Lisboa, p. 153-181. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psi/v22n1/v22n1a07.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

BRASIL. Constituição Federal no Brasil – 2012. In: **Vade Mecum do Serviço Social.** 2. ed. Fortaleza: Premium, 2012.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Quilombos ainda existem no Brasil.** Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/2008/11/quilombos-ainda-existem-no-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Reconhecimento aos guardiões da cultura afro brasileira.** Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/2012/03/reconhecimento-aos-guardioes-da-cultura-afro-brasileira/>>. Acesso em: 24 set. 2013.

BRASIL. **Quilombolas.** Disponível em <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 18 set. 2013

FELDENS, Dinamara Garcia; NASCIMENTO, Ana Cristina dos; SANTOS, Aldenise Cordeiro. **Rua da palha e suas marisqueiras quilombolas:** o Feminino, ritual, cultura e a educação. São Cristovão, SE, 2012.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão:** o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004). 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

LARAIA, Roque de Barros, 1932. **Cultura:** um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MATOS, Fátima de. **Santa Luzia do Itanhi:** conhecendo nossa história. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/santa-luzia-do-itanhi-conhecendo-nossa-historia/37228/>>. Acesso em: 29 set. 2013.

MARX, Karl. **Uma contribuição para a crítica da economia política.** 1859. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000084.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

---

**Data do recebimento:** 9 de outubro de 2013

**Data da avaliação:** 2 de janeiro de 2014

**Data de aceite:** 13 de janeiro de 2014

---

**1.** Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT, Bolsista PROBIC. E-mail: angelgenuine@hotmail.com

**2.** Graduada em Serviço Social pela Universidade Tiradentes – UNIT, 2013. E-mail: depatricia2009@gmail.com.

**3.** Doutora em Ciências, mestre em Serviço Social, professora do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes/Se. E-mail: janepedo@ig.com.br

**4.** Mestre em Ciências Ambientais, professora do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: janepedo@ig.com.br